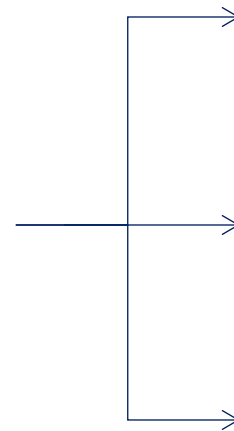


VOCATIVO

Usa-se **Excelentíssimo Senhor + cargo**



Para demais autoridades, usa-se **Senhor + cargo**



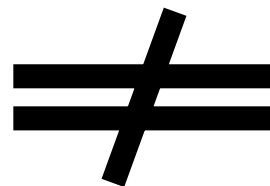
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

PRONOME DE TRATAMENTO

VOSSA $\neq$ **SUA**

PRONOME DE TRATAMENTO

VOSSA EXCELÊNCIA



VOSSA SENHORIA

36. (TELEBRAS - CESPE) O pronome de tratamento adequado para se dirigir a vice-governadores e secretários de Estado é Vossa Excelência.

37. (ANTAQ - CESPE) O tratamento Digníssimo deve ser empregado para todas as autoridades do poder público, uma vez que a dignidade é tida como qualidade inerente aos ocupantes de cargos públicos.

38. (ANTAQ - CESPE) Em comunicação dirigida a um juiz, deve ser empregado o vocativo “**Senhor Juiz,**”.

39. (STJ - CESPE) O vocativo adequado, na elaboração de expediente oficial dirigido ao emitente da comunicação em apreço, seria “Digníssimo Senhor”, seguido do nome do cargo correspondente.

40. (TELEBRAS/ CESPE/ 2015) É obrigatório, nas comunicações oficiais, o emprego do superlativo **ilustríssimo** para as autoridades que recebem o tratamento de Vossa Senhoria e para particulares.

41. (ELETROBRAS/ IADES/ 2015) De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, em correspondências oficiais, foi abolido o pronome de tratamento

- a) Excelentíssimo.
- b) Reverendíssimo.
- c) Digníssimo.
- d) Eminentíssimo.
- e) Meritíssimo.

42. (UFU-MG/ 2017) Considerando as formas de tratamento utilizadas nas redações oficiais, assinale a alternativa correta.

- a) Dispensa-se o uso de *Ilustríssimo* para as autoridades que recebem o tratamento de Vossa Senhoria.
- b) Recomenda-se abreviar pronomes de tratamento em comunicações dirigidas a altas autoridades.
- c) Usa-se o vocativo *Excelentíssimo Doutor* em comunicações dirigidas aos chefes de poder, seguido do cargo respectivo.
- d) Utiliza-se o tratamento *Vossa Excelência Reverendíssima* para altas autoridades do poder judiciário.

43. (UFU-MG/ 2012) A respeito de correspondência oficial, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O emprego do superlativo *ilustríssimo* para as autoridades que recebem o tratamento de *Vossa Senhoria* e para particulares está dispensado, sendo suficiente o uso do pronome de tratamento *Senhor*.
- b) Nas comunicações oficiais, deve-se privilegiar o “padrão oficial de linguagem”, isto é, a linguagem burocrática.
- c) Em comunicações oficiais, o uso do tratamento *digníssimo* (DD) às autoridades está abolido, porque a dignidade é um pressuposto para que se ocupe qualquer cargo público.
- d) Por ser título acadêmico, *doutor*, deve ser empregado apenas em comunicações dirigidas a pessoas que tenham tal grau por terem concluído curso universitário de doutorado.

(SEDF-DF/ QUADRIX/ 2017) Um mero vocativo – **minha querida** – uma explosão de emoções. Soubessem os gramáticos dos efeitos devastadores do termo, ele estaria entre os essenciais. No que se refere aos sentidos e aspectos gramaticais do texto, bem como à adequação da linguagem à comunicação oficial, julgue os próximos itens.

44. Em “Soubessem os gramáticos dos efeitos devastadores do termo”, o segmento “os gramáticos” é empregado como termo essencial da oração.

45. A oração “Soubessem os gramáticos dos efeitos devastadores do termo” expressa sentido concessivo em relação à outra oração do período.

46. O vocativo destacado no texto é adequado para integrar comunicação oficial por meio eletrônico, entre setores de um mesmo órgão, dado o grau de informalidade que caracteriza esse expediente.

47. (SEGPLAN-GO/ UNIVERSA/ 2015) Com base no previsto no Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa correta a respeito da redação de correspondência oficial.

- a) Em uma correspondência enviada a Senador da República, deve-se empregar o seguinte vocativo: Excelentíssimo Senhor Senador.
- b) A forma de tratamento adequada a uma correspondência oficial encaminhada a um delegado de polícia é a seguinte: Doutor Delegado de Polícia.
- c) Ao encaminhar um documento oficial ao secretário de Segurança do estado, o perito criminal deve utilizar o seguinte fecho: Atenciosamente.
- d) Decorre, entre outros aspectos, do próprio assunto das correspondências oficiais o fato de elas caracterizarem-se pela impessoalidade.